

Governo vai recomprar sua dívida Pública

O alongamento do prazo da dívida interna, uma das prioridades do governo Collor, foi conseguido de forma mais rápida do que se esperava. Assim, abriu-se espaço para que, pela primeira vez em 10 anos, parte daquela dívida seja recomprada. Essa possibilidade está sendo estudada pelo Ministério da Economia, que pensa em gastar de Cr\$ 400 a Cr\$ 500 bilhões de seu superávit fiscal, previsto em mais de Cr\$ 600 bilhões em 1990, na recompra de títulos federais. Estes papéis estão, em sua maior parte, nas mãos de bancos e investidores institucionais como entidades de previdência privada.

A operação promoveria uma redução entre 5,5% e 6,5% do total da dívida interna, hoje calculado em torno de Cr\$ 7,5 trilhões. Os estudos indicam que a recompra dos títulos poderia começar já em junho e prolongar-se até o final do ano, obedecendo um cronograma mensal previamente traçado, para evitar-se um impacto monetário muito grande. O governo deverá comprar basicamente Letras Financeiras do Tesouro (LFTs), papel que representa 80% do estoque atual da dívida mobiliária em poder do público.

A diminuição do total da dívida não era prioridade do governo, porque outra medida mais importante deveria ser adotada rapidamente: o alongamento dos prazos de resgate dos títulos públicos. Realmente isto aconteceu. Mas

por questões operacionais, num tempo menor do que o esperado e num volume muito maior do que o previsto. Em apenas um mês, o governo conseguiu alongar o perfil da dívida em vencimentos médios acima de nove meses, para praticamente 95% dos papéis nas mãos dos investidores.

Com o rápido sucesso obtido no alongamento dos prazos, os técnicos passaram a analisar a possibilidade de empregar o superávit fiscal na diminuição da dívida. A princípio, o governo tencionava deixar a recompra de papéis federais mais para o final deste ano.

Se o governo desejasse, poderia comprar de uma só vez até Cr\$ 500 bilhões de sua dívida interna, porque este é o total de recursos que sobra em seu caixa atual. Mas tal operação aumentaria muita a liquidez da economia (quantidade de dinheiro em circulação). Esta disponibilidade de caixa crescerá ainda mais em maio, mês em que a execução do orçamento da União apresentará mais um superávit significativo.

O resultado positivo previsto para este mês deverá ultrapassar Cr\$ 120 bilhões. Tal superávit será resultante de uma arrecadação tributária global de Cr\$ 510 bilhões, contra gastos inferiores a Cr\$ 390 bilhões. Para junho, o Ministério da Economia prevê um superávit menor, algo em torno de Cr\$ 70 bilhões.

Jocimar Nastari

JORNAL DA TARDE

24 MAI 1990